

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
CURSO DE FILOSOFIA**

GABRIEL FACCIO SPAGNOL

NOMES PRÓPRIOS FICCIONAIS EM FREGE E KRIPKE

CHAPECÓ

2023

GABRIEL FACCIO SPAGNOL

NOMES PRÓPRIOS FICCIONAIS EM FREGE E KRIPKE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciatura.

Orientador: Prof.º Dr.º Newton Marques Peron

CHAPECÓ

2023

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Spagnol, Gabriel Faccio
Nomes Próprios Ficcionais em Frege e Kripke / Gabriel
Faccio Spagnol. -- 2023.
46 f.

Orientador: Prof. Doutor Newton Marques Peron

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Filosofia, Chapecó, SC, 2023.

1. Nomes Próprios. 2. Termos Ficcionais. 3. Sentido.
4. Referência. I. Peron, Newton Marques, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

GABRIEL FACCIO SPAGNOL

NOMES PRÓPRIOS FICCIONAIS EM FREGE E KRIPKE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Filosofia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de licenciatura.

Esse trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 13/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **NEWTON MARQUES PERON**
Data: 18/12/2023 15:50:52-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Newton Marques Peron - UFFS
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **EDIOVANI ANTONIO GABOARDI**
Data: 18/12/2023 18:31:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Ediovani Antonio Gaboardi - UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
 **HENRIQUE ANTUNES ALMEIDA**
Data: 18/12/2023 17:52:32-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Henrique Antunes Almeida - UFBA
Avaliador

Eu dedico esse trabalho à Lethícia, pelo seu tempo compartilhado e pela sua parceria. De outra forma, nem eu, nem esse trabalho seriam o mesmo. Muito obrigado por andar ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos os meus familiares, amigos e professores pelo apoio e dedicação que tornaram possível a realização desse trabalho.

Em especial, quero agradecer à minha companheira Lethícia Severo, cujo apoio incansável foi vital para superar os desafios que surgiram ao longo dessa jornada. Sua presença constante e incentivo foram fundamentais, e sou profundamente grato por ter você ao meu lado.

Ao meu orientador, Newton Marques Peron, expresso minha mais profunda gratidão. Sua paciência e dedicação foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço principalmente pela companhia, por compartilhar seu conhecimento e experiência e por nunca deixar de me motivar a alcançar o melhor de mim.

A ambos, Lethícia e Newton agradeço por não apenas serem mentores excepcionais, mas por também serem fontes constantes de inspiração. Vocês foram a força propulsora que me impulsionou a não desistir, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Não posso deixar de fora os meus queridos Little Catto e Mooncake que, apesar de não falarem, sempre me apoiaram e fizeram companhia.

Obrigado, novamente, a todos vocês que estiveram comigo.

RESUMO

Este trabalho propõe uma investigação sobre a referência de termos singulares em contextos ficcionais, utilizando as perspectivas de Gottlob Frege e Saul Kripke. Tem como objetivo não apenas compreender como os termos singulares podem referenciar objetos ficcionais, mas também examinar o conteúdo informativo das sentenças que os envolvem. A análise inicia examinando a obra de Frege “*Sobre o sentido e a referência*” (1892), onde elaborou seus conceitos de nome, sentido e referência. Destaca-se como esses conceitos foram empregados para explicar por que certas sentenças envolvendo identidade não são triviais e contêm conteúdo informativo. Em seguida, são apresentados alguns problemas da teoria de Frege, principalmente os problemas originários de sua abordagem aos termos ficcionais, assim como uma possível solução. No segundo capítulo, são apresentadas as críticas de Kripke ao descritivismo e, por extensão, a Frege. Posteriormente, a tese da identidade entre mundos possíveis e dos designadores rígidos de Kripke é exposta para explorar o possibilismo como abordagem ao problema dos termos ficcionais. Essa abordagem apresenta algumas dificuldades, que são discutidas, assim como as críticas às teses de Kripke. Concluímos o trabalho avaliando outras possíveis abordagens para responder ao problema dos termos ficcionais na linguagem, ponderando os méritos e deméritos de cada proposta. Este estudo visa contribuir significativamente para a Filosofia da Linguagem, fornecendo uma análise abrangente e crítica das perspectivas de Frege e Kripke, contextualizando os problemas acerca de termos ficcionais e instigando reflexões sobre possíveis direções de pesquisa nesta área.

Palavras-chave: nomes próprios; termos ficcionais; sentido; referência.

ABSTRACT

This work proposes an in-depth investigation into the reference of singular terms in a fictional context, employing the perspectives of Gottlob Frege and Saul Kripke. It aims not only to comprehend how singular terms can reference fictional objects, but also to examine the informative content of the sentences that involve them. This analysis begins by examining Frege's work "On Sense and Reference" (1892), where he developed his concepts of name, sense, and reference. It is highlighted how these concepts were employed to explain why certain sentences about identity are non-trivial and contain a distinct informative content. Next, the analysis presents some problems in Frege's theory, focusing on those originating from his approach to fictional terms, along with a possible solution. In the second chapter, Kripke's criticisms of descriptivism, and by extension, of Frege, are presented. Afterwards, Kripke's thesis about identity through possible worlds and rigid designators is exposed to explore possibilism as an approach to the problem of fictional terms. This approach presents some difficulties, which are discussed, along with criticisms of Kripke's theses. We conclude the work by evaluating other possible approaches to address the problem of fictional terms in language, weighing the merits and drawbacks of each proposal. This study aims to contribute significantly to the Philosophy of Language by providing a comprehensive and critical analysis of the perspectives of Frege and Kripke, contextualizing the problems about fictional terms, and prompting reflections on possible directions of research in this area.

Key-words: proper names; fictional terms; sense; reference.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. UMA INVESTIGAÇÃO FREGEANA SOBRE NOMES, SENTENÇAS E TERMOS FICCIONAIS.....	12
2.1 NOMES, SENTIDO E REFERÊNCIA.....	13
2.2 SENTENÇAS, PENSAMENTO E VALOR DE VERDADE.....	16
2.3 SENTENÇAS COMPOSTAS E SENTENÇAS SUBORDINADAS (1ª ESPÉCIE).....	19
2.4 O CONCEITO CAVALO.....	21
2.5 O PROBLEMA DOS NOMES FICCIONAIS EM FREGE.....	23
2.6 DUAS INTERPRETAÇÕES DOS TERMOS FICCIONAIS.....	24
3 CRÍTICAS E POSSIBILIDADES NA PERSPECTIVA DE KRIPKE.....	28
3.1 CRÍTICAS DE KRIPKE AO DESCRITIVISMO.....	28
3.2 IDENTIDADE TRANSMUNDIAL, DESIGNADOR RÍGIDO E POSSIBILISMO.....	35
3.3 CRÍTICAS À TESE DE KRIPKE.....	40
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	46

1. INTRODUÇÃO

A Filosofia da Linguagem, ao longo de sua história, tem se dedicado a explorar as complexidades da linguagem e da comunicação humana. Uma das questões intrigantes que surgem neste campo diz respeito à referência de termos singulares, especialmente quando aplicados a objetos ficcionais. Os termos singulares são palavras ou expressões cujo o papel é se referir a objetos individuais particulares como “Aristóteles” ou “a estrela da manhã”.

Este trabalho visa aprofundar nossa compreensão sobre como os termos singulares podem referenciar objetos ficcionais e a natureza do conteúdo informativo das sentenças em que esses termos ocorrem.

A abordagem desta pesquisa incorpora as teorias de dois filósofos notáveis, Gottlob Frege e Saul Kripke, que oferecem perspectivas distintas sobre a referência e a linguagem. O cerne da nossa investigação é determinar se uma sentença ou proposição pode conter conteúdo informativo, mesmo quando a referência dos termos singulares nela presentes não é garantida ou é dirigida a objetos ficcionais. Além disso, será examinada a possibilidade de distinguir o valor de verdade em sentenças ficcionais, como, por exemplo, “Sherlock Holmes mora na rua Becker, número 221b em Londres” e “Sherlock Holmes é Pelé”.

Para alcançar esses objetivos, nosso estudo se divide em dois capítulos. O primeiro é focado na perspectiva de Gottlob Frege, começando por analisar como ele desenvolveu conceitos fundamentais como nome, sentido e referência em sua obra “*Sobre o Sentido e a Referência*” (1892). Este exame permitirá entender por que algumas igualdades, como “ $a = b$ ”, parecem conter um conteúdo cognitivo, enquanto outras, como “ $a = a$ ”, não. Também será explorado o uso dessas noções em sentenças subordinadas de primeiro nível, nas quais o sentido não é mais um sentido costumeiro, mas é, por exemplo, o sentido das palavras “O pensamento de que...” e a referência não é a referência costumeira.

Entretanto, a teoria de Frege encontra algumas dificuldades, principalmente ao tratar de termos ficcionais ou sem referência, o que nos leva a considerar uma interpretação não ortodoxa do sentido fregeano como uma possível solução.

No segundo capítulo, abordam-se as críticas de Saul Kripke ao descritivismo, bem como sua defesa da tese dos nomes próprios como designadores rígidos. O trabalho de Kripke, notadamente nas palestras proferidas na Universidade de Princeton e posteriormente

publicadas no livro “*O Nomear e a Necessidade*” (1972), introduziu conceitos importantes, como a ideia de “identidade entre mundos possíveis”. Explora-se como esses conceitos podem ser aplicados para abordar o problema da referência de nomes ficcionais. Ao longo deste capítulo, são examinadas as críticas de Kripke ao descritivismo, destacando os conceitos de designadores rígidos e mundos possíveis. No entanto, mesmo essa abordagem não está isenta de desafios; assim, são examinadas algumas dessas críticas.

Em última análise, este trabalho busca oferecer uma análise da referência de termos singulares, especialmente em contextos ficcionais, explorando as contribuições e as limitações das perspectivas de Frege e Kripke. Através desta investigação, espera-se esclarecer as complexidades da linguagem e da referência em cenários linguísticos que envolvem objetos fictícios.

2. UMA INVESTIGAÇÃO FREGEANA SOBRE NOMES, SENTENÇAS E TERMOS FICCIONAIS

Neste capítulo avaliamos aspectos selecionados da teoria Fregeana, que dizem respeito a nossa investigação. Inicia-se na seção 2.1 a análise de como, em sua obra *“Sobre o sentido e a referência”* (1892), Frege desenvolveu seus conceitos de nome, sentido e referência. Este empreendimento será realizado para explicar porque algumas sentenças de identidade podem possuir conteúdo cognitivo novo como sentenças do tipo “ $a = b$ ”, enquanto outras não, do tipo “ $a = a$ ”.

Em seguida, na seção 2.2, as noções utilizadas para expressões que consistem em termos singulares serão utilizadas para tratar de sentenças. Para Frege (2009), a sentença pode ser entendida como a sequência de palavras que constitui a sentença (organizadas de acordo com as regras gramaticais), o sentido é o pensamento expresso pela sentença e sua referência será um dos valores de verdade, ou o verdadeiro, ou o falso.

Com base nisso, na seção 2.3 abordaremos conceitos de Frege a partir de sentenças subordinadas de primeiro nível, nas quais o sentido não é mais um sentido costumeiro, mas é, por exemplo, o sentido das palavras “O pensamento de que...”, analisando se o comportamento de sentenças subordinadas é previsto e explicado pelas noções de sentido e referência.

Após expor a teoria, serão abordados alguns problemas e dificuldades que ela enfrenta: na seção 2.4 é exibido como a distinção de “objeto” e “conceito” de Frege, defendida na obra *“Sobre o conceito e o objeto”* (1892), geram, na verdade, uma dificuldade de separar um do outro. A seção 2.5 é utilizada para demonstrar os problemas que ocorrem ao envolver termos ficcionais ou sem referência.

Para finalizar o capítulo, na seção 2.6, será apresentada uma interpretação não ortodoxa da noção de sentido de Frege, com o intuito de resolver alguns desses problemas, a qual será retomada na conclusão.

2.1 NOMES, SENTIDO E REFERÊNCIA

Frege, em sua obra “*Sobre o sentido e a referência*” (1892), critica a sua abordagem anterior na obra “*Conceitografia*” (1879), na qual assumiu que a igualdade é uma relação entre os sinais dos objetos, pois essa abordagem não é suficiente para explicar como “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” podem ter valores cognitivos diferentes e que, de fato, “ $a = a$ ” sustenta-se *a priori* e é analítica, enquanto “ $a = b$ ” pode conter “conhecimento” e nem sempre é *a priori*, pois “A descoberta que o sol nascente não é novo a cada manhã, mas é sempre o mesmo foi uma descoberta astronômica de grande valor” (Frege, 2009, p. 129).

Para Frege, sentenças sobre identidade não podem ser sobre uma relação entre os objetos contidos na sentença. Se esse fosse o caso, não seria possível distinguir entre sentenças do tipo “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” (quando “ $a = b$ ” é verdadeira), pois ambas teriam o mesmo conteúdo cognitivo e expressariam a relação de igualdade que um objeto tem consigo mesmo. Suponha que “ a ” seja uma constante que simboliza “A estrela da manhã” que se refere a Vênus, e “ b ” simboliza “A estrela da tarde” que também se refere a Vênus. Se uma sentença sobre identidade é sobre a relação entre os objetos referenciados, então “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” expressam a relação Vênus = Vênus e não haveria nenhuma diferença entre elas. Entretanto, Frege argumenta que há sim uma diferença, pois é possível que alguém não saiba que “a estrela da manhã é a estrela da tarde” e acredite que são dois corpos celestes distintos; descobrir que são o mesmo objeto é uma descoberta astronômica importante. Por outro lado, “a estrela da manhã é a estrela da manhã” não traz uma informação nova, é uma verdade lógica; ninguém duvida (em sua consciência) que um objeto é igual a ele mesmo.

Entretanto, também não pode ser uma igualdade entre os nomes (ou sinais). Nessa acepção “ $a = a$ ” e “ $a = b$ ” estão falando do nome, dos objetos linguísticos e não sobre o objeto ou algo do mundo. Pode-se exemplificar isso com a seguinte passagem de McGinn:

Não é geralmente o caso que sentenças contendo nomes sejam sobre esses nomes. Na verdade, as vezes as afirmações não tem nada a ver com os nomes. Considere uma afirmação em que alguém diz “Héspero é brilhante” — aqui, ele não parece estar falando sobre o nome “Héspero”. Em vez disso, ele está falando sobre o planeta, que é Vênus e que ele é brilhante. Ele não está dizendo que o nome

“Héspero” é brilhante. Claro, ainda é possível que o nome “Héspero” seja brilhante (e.g., o nome “Héspero” está escrito em uma placa neon). No entanto, em geral, se alguém diz “Héspero é brilhante”, não está falando que o nome “Héspero” é brilhante. Geralmente não estamos falando sobre nossas palavras, mas usando elas para falar de alguma coisa.

(McGinn, 2015, p. 7, tradução nossa).¹

Portanto a igualdade “ $a = b$ ” não é sobre objetos linguísticos; se fosse, não expressaria nenhum conhecimento acerca do mundo, que é o que queremos fazer, do mesmo modo que quando falamos que “Héspero é brilhante” não é sobre o nome que estamos falando, mas que o planeta Vênus é brilhante. Para o autor, a diferença no conteúdo informativo só aparecerá se a diferença entre os sinais corresponder a uma diferença no modo de apresentação do objeto designado. Ao dizer “A estrela da manhã é a estrela da tarde”, são utilizados diferentes nomes do mesmo objeto (o planeta Vênus), e os diferentes nomes indicam também diferentes modos de apresentação, assim contendo um *genuíno conhecimento*. Assim, “a estrela da manhã” se refere ao planeta Vênus e indica a primeira estrela a aparecer de manhã, enquanto “a estrela da tarde” se refere ao planeta Vênus e indica a estrela que aparece ao final da tarde. Desse modo, para Frege (2009), unido ao sinal (nome) há a sua referência (*Bedeutung*) e ainda o sentido (*Sinn*) do sinal, o qual contém o modo de apresentação do objeto.

Para Frege (2009), deve-se entender por “sinal” e por “nome” qualquer designação que cumpra o papel de um nome próprio e tenha como referência um objeto determinado, mas não um conceito ou relação². O sentido de um nome próprio atua como um mediador entre a expressão e o seu referente e pode ser apreendido por todos que estejam familiarizados com a

¹ No original: “It is not generally the case that sentences containing names are about those names. In fact, sometimes statements have nothing to do with names at all. Consider a statement where someone says, ‘Hesperus is bright’— here he does not appear to be talking about the name ‘Hesperus.’ Rather, he is talking about a planet, which is Venus, and stating that it is bright. He is not saying the name ‘Hesperus’ is bright. It is, of course, still possible that the name ‘Hesperus’ is bright (e.g., the name ‘Hesperus’ is written as a neon sign). However, in general, if someone says, ‘Hesperus is bright,’ he is not saying that the name ‘Hesperus’ is bright. We are not generally talking about our words, but using them to talk about something else” (McGinn, 2015, p. 7).

² Um Nome próprio, para Frege, deve ser entendido como uma expressão saturada que deve se referir a um objeto determinado e de um modo determinado. Um nome próprio não pode designar um conceito, nem exercer a função de predicado. Nomes próprios genuínos como “Aristóteles” são um caso, assim como descrições definidas, a exemplo de “a estrela da manhã” que tem como referente o planeta Vênus, já sentenças completas, para Frege possuem como referente um dos valores de verdade, como veremos na próxima seção. Essas definições são passíveis de críticas, como por exemplo a questão do conceito cavalo, que será tratada na seção 2.4.

linguagem ou com a totalidade a que o nome próprio pertence, e sua referência é o próprio objeto.

Tendo em conta que ao sinal corresponde um sentido determinado e ao sentido corresponde uma referência determinada, uma referência pode receber mais de um sinal e um sentido pode ter diferentes expressões. É possível perceber isso através do nome próprio “Aristóteles”, por exemplo, que pode ter seu sentido compreendido de diferentes formas. De fato, pode-se referir a Aristóteles com a expressão: “O discípulo de Platão e mestre de Alexandre Magno” ou a expressão “O mestre de Alexandre Magno que nasceu em Estagira”; enquanto a referência permanecer a mesma, essa diferença de sentido pode ser tolerada³.

Segundo Frege (2009), uma expressão gramaticalmente bem construída que desempenhe o papel de um nome próprio sempre terá um sentido, mas isso não quer dizer que sempre exista uma referência correspondente ao sentido, como “O maior número natural”, o qual tem um sentido, mas não tem referência, pois para cada número natural dado pode-se encontrar um maior.

Após estabelecer a relação básica entre sinal, sentido e referência, Frege argumenta que é possível usar as palavras de modo costumeiro quando pretendemos falar de sua referência, ou usar as palavras de modo não-costumeiro, ao querer falar das próprias palavras ou do sentido destas palavras.

O primeiro caso não-costumeiro ocorre ao citar as palavras em discurso direto, referenciando diretamente as palavras de quem é citado e somente as palavras citadas terão sua referência costumeira. Por exemplo na sentença:

(D1) “Descartes disse ‘*Ego sum, ego existo*’”.

Nesse caso, a referência não é costumeira; o referente não é aquilo ao que as palavras normalmente se referem, mas sim as próprias palavras de Descartes. Assim, segundo Frege (2009), usamos sinais de sinais e para isso devemos escrever as palavras entre aspas, pois uma palavra entre aspas não deve ser tomada como tendo sua referência costumeira.

O segundo caso, ao querer falar do sentido de uma expressão, ocorre ao utilizar o discurso indireto, por exemplo, ao falar “João disse que...”. No discurso indireto, fala-se das

³ Isso pode ocorrer na linguagem natural, porém não deve ocorrer em um sistema perfeito de sinais. Neste, cada nome deve possuir apenas um sentido e cada sentido apenas uma referência. Este sistema de sinais foi concebido na obra “*Conceitografia*”.

palavras de outrem e, dessa forma, as palavras não têm suas referências costumeiras, mas sim ao que costumeiramente é o seu sentido. Pode-se dizer, nestes casos, que as palavras são usadas indiretamente e sua referência é indireta. É possível exemplificar isso a partir da seguinte sentença:

(D2) Descartes concluiu que sua existência é consequência de ser uma coisa que pensa.

Desta vez, diferente de (D1), não estou me referindo às palavras de Descartes, mas sim ao sentido expresso pelas palavras contidas em (D1).

Por isso, faz-se necessário distinguir a referência costumeira da referência indireta e o sentido costumeiro do sentido indireto. Ou seja, a referência indireta de uma palavra é o seu sentido costumeiro, enquanto o sentido indireto diverge do sentido costumeiro, pois este não é mais o sentido das palavras ditas.

Na sentença (A) “Descartes disse que quem pensa existe”, a referência da subordinada “quem pensa existe” é indireta. Esta sentença se refere ao sentido da frase “quem pensa existe”. O sentido da subordinada contida na sentença (A) não será o mesmo que o sentido costumeiro da sentença “quem pensa existe”, pois agora o sentido da subordinada de (A) é o *modo de apresentação* desta, podendo ser compreendida como (B) “a subordinada da sentença (A) expressa o sentido de ‘quem pensa existe’”, ou (C) “Descartes foi a pessoa que preferiu uma sentença com o pensamento de que ‘quem pensa existe’”. Em ambos os casos, quer a subordinada de (B) quer a de (C) tem sua referência indireta às palavras de (A).

2.2 SENTENÇAS, PENSAMENTO E VALOR DE VERDADE

Após estabelecer a distinção de nome, sentido e referência no que diz respeito a termos singulares, Frege (2009) utiliza os conceitos até então desenvolvidos para tratar de sentenças assertivas completas, argumentando que estas sentenças expressam um pensamento e este pensamento não pode ser a referência, pois ao trocar uma palavra da sentença por outra com a

mesma referência o pensamento pode mudar. Para elucidar este ponto, Frege nos fornece o seguinte exemplo:

[...] o pensamento da sentença ‘A estrela da manhã é um corpo iluminado pelo sol’ é diferente do da sentença ‘A estrela da tarde é um corpo iluminado pelo sol’. Alguém que não soubesse que a estrela da tarde é a estrela da manhã poderia sustentar um pensamento como verdadeiro e o outro como falso. O pensamento, portanto, não pode ser a referência da sentença pelo contrário, deve ser considerado como seu sentido.

(FREGE, 2009, p. 137)

Da mesma maneira que um nome pode ter sentido e não ter referência, uma sentença pode ter um sentido, *i.e.*, expressar um pensamento e não ter referência. Isso ocorre em sentenças nas quais ao menos um nome próprio não têm referência, pois estas sentenças também não terão referência⁴, como sentenças do tipo “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”. Uma vez que Ulisses não tem referência, a sentença como um todo também não terá. Para Frege (2009) em situações em que o sentido basta, não é necessário se preocupar com a referência (em poemas e na arte em geral, por exemplo).

Por outro lado, segundo Frege (2009), se temos a intenção de passar do sentido para a referência, devemos atribuir uma referência ao sentido, pois só é possível atribuir verdade ou falsidade às sentenças em que todos os seus termos possuem referência. Se a referência dos termos são os objetos, qual seria a referência da sentença completa, visto que ela também é um nome? Neste caso, a referência será o valor da verdade, *i.e.*, se ela corresponde ao verdadeiro ou ao falso. Como não há outros valores de verdade, Frege chama o primeiro de “o Verdadeiro” e o outro de “o Falso”.

Toda a sentença assertiva que importe a referência de suas partes deve ser tomada como um nome próprio e se possuir uma referência, esta será ou o Verdadeiro ou o Falso. Todas as sentenças assertivas verdadeiras possuem o mesmo referente (o Verdadeiro) e todas as sentenças assertivas falsas possuem o mesmo referente (o Falso). Então, se as duas sentenças possuem o mesmo valor de verdade, possuem a mesma referência.

De acordo com Frege (2009), devemos entender o Verdadeiro e o Falso como objetos lógicos. Um valor de verdade não pode ser uma parte do pensamento, pois um valor de

⁴O princípio compositivo nos diz que se uma parte da sentença não tem referência, a sentença como um todo também não terá. Um caso emblemático de nomes próprios sem referência seria justamente os nomes que ocorrem em contextos da ficção. Entretanto, essa é uma interpretação ortodoxa do problema dos nomes próprios ficcionais em Frege, que pressupõe uma interpretação ortodoxa da noção de sentido. Na seção 2.6, será apresentada uma interpretação alternativa.

verdade não é um sentido, mas sim um objeto. A combinação do sujeito e predicado é uma parte do pensamento, porém é importante distinguir que o nível do pensamento é diferente do nível da referência. O pensamento é o modo de apresentação desta referência, então não há diferença entre a sentença “O pensamento de que 5 é número primo é verdadeiro”, para a sentença “5 é um número primo”, ambos expressam o mesmo pensamento de que a sentença “5 é um número primo” se refere ao verdadeiro. Além disso, qualquer pessoa que expresse assertivamente qualquer uma destas sentenças estará atribuindo o verdadeiro à sentença. Do mesmo modo, um ator que profira a primeira sentença expressará apenas o pensamento “5 é um número primo”, sem atribuir um valor de verdade.

Para Frege (2009), o significado de uma sentença é determinado pelo significado das palavras que a compõem; esse conceito é chamado de “princípio compositivo”⁵. Dessa forma, como a referência de uma sentença é seu valor de verdade, segundo esse princípio, podemos substituir uma parte da sentença por uma expressão que tenha a mesma referência mesmo com sentidos diferentes preservando o seu valor de verdade. Ao aceitarmos que a verdade de uma sentença é sua referência, então todas as sentenças verdadeiras têm a mesma referência (O mesmo ocorre com sentenças falsas, como mencionado anteriormente). Desta maneira, apenas a referência não é suficiente para distinguir o conteúdo informativo, enquanto apenas o pensamento não pode conferir conhecimento algum.

Contudo, para que seja possível conferir conhecimento, é necessário que o pensamento esteja associado à sua referência, *i.e.*, a seu valor de verdade. O juízo⁶ torna-se um movimento de um pensamento para o seu valor de verdade, e o julgar consistirá em distinguir partes⁷ do valor de verdade, *i.e.*, julgar um pensamento é distinguir qual valor de verdade corresponde a este pensamento (Verdadeiro ou Falso). Então, cada sentido que corresponde a um valor de verdade deveria corresponder a uma maneira de apresentar o valor de verdade.

Ou seja, para a ciência e filosofia, pensamentos sem valor de verdade e nomes próprios sem referência não têm utilidade, enquanto na ficção os poemas e as palavras dos

⁵ Tomamos como a definição desse princípio a formulação de Morris: “(PC) Não há nada a mais no significado de uma sentença do que aquilo que é determinado pelo significado das palavras das quais ela é composta e pelo modo no qual as palavras estão arranjadas. O princípio (PC) está asserindo um dos fatos mais fundamentais sobre a linguagem: o significado de uma sentença depende do significado das palavras que a compõem” (Morris, 2020, p. 28).

⁶ Frege compreende um juízo, não como mera apreensão do pensamento, mas sim como o reconhecimento da veracidade deste.

⁷ Não deve ser entendido com a mesma divisão de partes de um corpo, ou que o conhecimento do todo e de uma parte, em relação ao valor de verdade, não determina a outra parte. Cada sentença verdadeira faz parte do verdadeiro e cada sentença falsa faz parte do falso, do mesmo modo que cada palavra faz parte da sentença.

atores seriam apenas imagens e por isso não é necessário a referência, mesmo que elas atuem como se a possuíssem. Frege denomina estas expressões de “aparentes” (ou imagens (*Bilder*)), pois possuem apenas um sentido.⁸

Com base nisso, Frege afirma que a referência da sentença só deve ser procurada quando suas partes também tiverem referência e estivermos atrás do valor de verdade.

2.3 SENTENÇAS COMPOSTAS E SENTENÇAS SUBORDINADAS (1ª ESPÉCIE)

Frege avança com seu sistema, apresentando outras situações para verificar se o valor de verdade de uma sentença é a sua referência. Dentre elas, temos as sentenças subordinadas de primeiro nível^{9 10}, ou seja, agora é necessário avaliar se quando a expressão substituída é, ela mesma, uma sentença, o valor de verdade deve permanecer inalterado. Aqui, o autor afirma que há exceções a este princípio se a sentença subordinada estiver em discurso indireto: “Em discurso direto, uma sentença se refere a uma outra sentença, e em discurso indireto se refere a um pensamento” (Frege, 2009, p. 141).

O primeiro passo é avaliar se as sentenças subordinadas têm como referência um valor de verdade. Conforme a passagem anterior, no discurso indireto, isso não ocorre, pois sua referência é o pensamento expresso pela sentença subordinada. Para demonstrar isso, podemos utilizar casos em que o sentido da sentença subordinada não é um pensamento independente, por exemplo, as sentenças substantivas abstratas (introduzidas pelo “que”), as quais pertencem às sentenças em discurso indireto. As palavras deste tipo de sentença possuem referência indireta ao seu sentido costumeiro e, assim, a sentença se refere a um pensamento e não a um valor de verdade. Seu sentido não é mais seu sentido costumeiro, mas agora é o sentido das palavras “O pensamento de que...”, o qual é apenas uma parte do

⁸Essa interpretação, na qual os termos não possuem referência, apresenta alguns problemas. Eles serão abordados na seção 2.5.

⁹ As sentenças serão agrupadas de acordo com as suas possíveis classes de referência:

1. Valores de verdade (referência direta de sentenças principais e algumas subordinadas)
2. Objetos individuais
3. Conceitos (referência direta de algumas subordinadas)
4. Pensamentos (referência indireta)

¹⁰ As sentenças subordinadas da primeira espécie têm referência indireta das palavras ou, em outros termos, estão em contexto oblíquo.

pensamento da sentença composta/complexa. Por exemplo, na sentença “Joãozinho acredita que a terra é plana”, a verdade da sentença completa depende se Joãozinho acredita nisso, e não no fato da terra ser plana. Dessa forma, a sentença completa é verdadeira na situação em que Joãozinho acredita nisso, mesmo que a terra seja redonda.

Outro ponto que demonstra que a referência da sentença subordinada é o pensamento é que para a verdade do todo, é indiferente se o pensamento da sentença subordinada é verdadeiro ou falso:

Comparem-se, por exemplo, as duas sentenças 'Copérnico acreditava que as órbitas planetárias eram circulares' e 'Copérnico acreditava que o movimento aparente do sol era produzido pelo movimento real da terra'. Pode-se aqui substituir uma sentença subordinada por outra, sem prejuízo da verdade.

(Frege, 2009, p. 143)

Ou seja, a verdade da sentença completa não tem relação com a verdade da sentença subordinada. Ambas as sentenças completas fornecidas por Frege são verdadeiras, mesmo que a sentença subordinada da primeira “as órbitas planetárias eram circulares” seja falsa (já que as órbitas dos planetas são elípticas). Isso ocorre porque o valor de verdade da sentença completa “*Copérnico acreditava que as órbitas planetárias eram circulares*”, neste caso, depende daquilo que Copérnico acreditava e não se o que ele acreditava é verdadeiro ou não.

Se tentarmos substituir a sentença subordinada por outra com a mesma referência costumeira, a verdade da sentença completa pode não ser preservada, pois estamos falando do que Copérnico acreditava e não se o que ele acreditava era verdadeiro ou não. Isso nos leva a concluir que nem sempre a referência de uma sentença será o seu valor de verdade, *e.g.*, quando esta possui sua referência indireta, como no discurso indireto.

O mesmo ocorre com expressões do tipo “parece que” e “penso que”, ou mesmo como “consentir”, “ter esperança”, “temer”, etc. Frege nos fornece o seguinte exemplo para esclarecimento:

Se Wellington, próximo ao final da batalha de Waterloo, se alegrasse porque os prussianos estavam por chegar, a base de sua alegria seria uma convicção. Tivesse sido enganado, sua alegria não teria sido menor enquanto durasse sua ilusão e, antes de se convencer de que os prussianos estavam chegando, ele não poderia se alegrar por este fato, mesmo que os prussianos efetivamente já se aproximassem.

(Frege, 2009, p. 143)

Do mesmo modo, uma crença também pode ser a base de outra, como na sentença “Colombo inferiu da redondeza da terra que poderia alcançar a Índia viajando em direção ao oeste”, temos como referência dois pensamentos; como ambos pensamentos expressos possuem sua referência indireta, a verdade das partes são irrelevantes, pois Colombo pode ter ambas as convicções, mesmo que a Terra fosse um trapézio. Por outro lado, não podemos substituir “a Terra” por “o terceiro planeta do sistema solar” pois, como as palavras também tem sua referência indireta, Colombo pode não saber que “a Terra” é o mesmo planeta que “o terceiro planeta do sistema solar”.

2.4 O CONCEITO *CAVALO*

O sistema defendido por Frege (2009), dividido entre um nome, um sentido e uma referência, apresenta algumas dificuldades. Uma bastante conhecida é o problema do “conceito cavalo”. Ao analisarmos a concepção de referência fregeana, temos que um objeto é a referência de um termo singular, um conceito é a referência de um predicado, e um valor de verdade é a referência de uma sentença. Conforme seu artigo “*Sobre o Conceito e o Objeto*” (1892): “[...] um conceito é a referência de um predicado, enquanto um objeto é o que nunca pode ser a referência total de um predicado, embora possa ser a referência de um sujeito” (Frege, 2009, p. 117).

Para termos singulares, essa divisão, como vimos, parece natural. Quando falamos “Vênus é a estrela da manhã”, queremos dizer algo sobre o planeta “Vênus”. Porém, Frege trata a referência de um termo singular e de um predicado de forma diferente. Frege (2009) argumenta que um conceito é predicativo e um nome próprio não pode, absolutamente, ser usado como um predicado gramatical. Ele elucida esta diferença da seguinte forma:

Ao dizer que alguma coisa é verde ou é um mamífero, a palavra “é” serve de cópula, como um sinal verbal da predicação (que indica a insaturação ou incompletude do predicado), ou seja, nesta utilização, dizemos que algo cai sob um conceito. (***x é Verde (V), Vx; ou x é Mamífero (M), Mx***)

Por outro lado, ao dizer que algo é Alexandre Magno, ou que é o número quatro, ou que é o planeta Vênus, a palavra “é” tem a função do sinal aritmético de igualdade, isto é, ele

exprime uma identidade. Na sentença “a estrela matutina é Vênus” há dois nomes próprios. (*Estrela Matutina* (e) = *Vênus* (v), $e = v$). O “é” é uma parte essencial do predicado, pois “Vênus” não constitui por si só a totalidade do predicado. Mesmo que o “é” seja substituído por “Não é outra coisa senão”, continuamos a não predicar “Vênus”, mas sim “Não é outra coisa senão Vênus”.

Ainda que estas palavras refiram-se a um conceito, sob o qual só cai um único objeto, tal conceito sempre deve ser distinguido do objeto. Desta forma, “Vênus”, enquanto nome próprio, nunca poderá ser um predicado, apesar de poder fazer parte de um. A referência de “Vênus” nunca pode ser um conceito, mas somente um objeto. Esta seria a distinção “entre o que só pode ocorrer como objeto e todo o resto” (Frege, 2009, p. 112).

Da mesma maneira, na sentença “o conceito ‘cavalo’ é um conceito de fácil apreensão”, as palavras “o conceito ‘cavalo’” designam um objeto e não um conceito. Para Frege (2009), o artigo definido singular sempre indica um objeto, enquanto o artigo indefinido acompanha um termo conceitual. Entretanto, a representação de um conceito por um objeto é necessária para poder asserir algo de um conceito, pois devido à sua natureza predicativa, um conceito não pode desempenhar o papel de um sujeito gramatical.

Como apontado por Morris (2020), essa visão não é estável, o que pode ser demonstrado com o seguinte exemplo: “O conceito *cavalo* não é um objeto”. Se, conforme Frege, o artigo definido singular sempre indica um termo singular, então “O conceito *cavalo*” deve se referir a um objeto, tornando essa frase falsa. Desta forma, não poderemos afirmar que conceitos não são objetos. Pela mesma razão, a sentença “O conceito *cavalo* é um conceito” seria também falsa. De fato, o termo singular “o conceito *cavalo*” se refere à extensão do conceito *cavalo*, que pode ser entendida como o conjunto de todos os objetos que caem sob o conceito Cx . Assim, a referência de “o conceito *cavalo*” é o conjunto de todos os objetos o de modo que $C(o) = V$. É importante notar que esse conjunto é, por si só, também um objeto. Já a referência de *cavalo* enquanto conceito é a própria função Cx , que é insaturada e, portanto, não consiste em objeto algum.

2.5 O PROBLEMA DOS NOMES FICCIONAIS EM FREGE

É possível identificar dois argumentos principais na teoria dos nomes de Frege que geram problemas ao tratar de nomes ficcionais, *i.e.*, nomes que não possuem referência no mundo real e, mais especificamente, nomes que fazem parte de alguma ficção (como um livro, um conto, um filme, etc.). O primeiro é que uma asserção que contém um nome pressupõe a referência desse nome: “Se algo é asserido, pressupõe-se obviamente que os nomes próprios usados, simples ou compostos, têm referência” (Frege, 2009, p. 146). Quando a sentença “Kepler morreu na miséria” é asserida, a referência do nome “Kepler” é pressuposta. Frege (2009) argumenta que se esse não fosse o caso, a negação dessa sentença não seria “Kepler não morreu na miséria”, mas sim “Kepler não morreu na miséria, ou o nome ‘Kepler’ carece de referência” e justifica que as linguagens naturais permitem expressões que parecem referir-se a algo devido à sua forma gramatical, mas que não possuem referência.

O segundo é justamente que alguns termos não possuem referência: caso um termo não tenha referência, a sentença como um todo também não terá, isto é, a sentença não é nem verdadeira nem falsa. Isso ocorre com sentenças do tipo “Ulisses profundamente adormecido foi desembarcado em Ítaca”. Uma vez que “Ulisses” não tem referência, a sentença como um todo também não tem.

Pode-se utilizar como exemplo o universo ficcional da Marvel para ilustrar os problemas originários desse segundo argumento, o qual alega que alguns termos, como os ficcionais, não possuem referência, assim como as sentenças em que eles ocorrem. Quando se afirma que “Homem-Aranha é Peter Parker”, parece que essa sentença é, pelo menos em algum sentido, verdadeira e distinta da sentença “Homem-Aranha é Deadpool”. O problema é que para Frege (2009), todos os quatro termos não possuem referência, então ambas as sentenças não são nem verdadeiras, nem falsas. Entretanto, somos inclinados a dizer que a primeira é verdadeira, de algum modo, e a segunda é falsa; ao afirmar que “Homem-Aranha é Deadpool” a alguém que gosta dos quadrinhos, ou que assistiu os filmes da Marvel, a resposta será “Não, o Homem-Aranha é o Peter Parker” e não algo do tipo “Essa sentença não é nem

verdadeira nem falsa, ambos Peter Parker e Homem-Aranha carecem de referência, então essa sentença também carece”.

Outro caso desse problema surge ao considerar as seguintes asserções: (H1) “Homem-Aranha é um herói” e sua negação (H2) “Homem-Aranha não é um herói”. O princípio do terceiro-excluído nos diz que para cada proposição, ou ela é verdadeira, ou sua negação é verdadeira. Segundo Frege, é possível compreender ambas as sentenças: (H1) expressa o pensamento de que o Homem-Aranha é o seu amigo do bairro, sempre ajudando a vizinhança e salvando vidas, enquanto (H2) expressa o pensamento de que ele não faz nada disso, que esse crédito todo não lhe é merecido. Mas aí encerra a diferença, no sentido. A teoria de Frege nos diz que ambas as sentenças não possuem valor de verdade, violando o princípio do terceiro excluído.

Portanto, o que se deveria afirmar a respeito de (H3) “Homem-Aranha não existe”? Uma vez que “Homem-Aranha” não tem referência e nem é aceitável falar que ele é ou não um herói, espera-se que (H3) seja verdadeira. Porém, esse não é o caso. Não é possível nem mesmo dizer que é verdade que um termo que não possui referência não existe. A situação fica ainda mais estranha quando se considera (H4) “a sentença ‘Homem-Aranha não tem referência’ é verdadeira”. Como não é possível atribuir um valor de verdade quando um termo não tem referência, parece que não existe nem mesmo uma forma adequada de afirmar que é verdade que o termo não tem referência.

Além disso, há o problema do sentido dos termos ficcionais e do primeiro argumento apresentado acima, como veremos a seguir.

2.6 DUAS INTERPRETAÇÕES DOS TERMOS FICCIONAIS

Morris (2020) argumenta que é possível defender duas concepções diferentes de sentido fregeano para lidar com termos ficcionais. Uma delas é ortodoxa e trata a relação entre os termos singulares e a referência de maneira indireta, na qual o sentido é uma condição para algo ser a referência do nome e faz a mediação entre o nome e a referência, enquanto a outra é não-ortodoxa e tenta distanciar-se dessa visão indireta da referência.

Antes, Morris apresenta algumas bases para entender sua argumentação:

Frege sustentou o seguinte com relação a essas expressões:

(F3) Nomes próprios ordinários e descrições definidas são termos singulares;

(F4) Nomes próprios ordinários e descrições definidas têm sentido (e, talvez, referência).

Mas o que quer dizer a noção de “termo singular” em (F3)? O cerne da ideia é o seguinte:

(ST1) O papel de um termo singular é se referir a um objeto

(ST2) Uma sentença contendo um termo singular não tem valor de verdade se não há objeto que corresponda a esse termo singular.

(Morris, 2020, p. 45)

e continua:

A importância de (ST2) pode ser observada por meio de um dos exemplos de Frege:

(9) Quem descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias morreu na miséria.

Frege acha que a asserção (9) pressupõe a verdade do seguinte:

(10) Houve alguém que descobriu a forma elíptica das órbitas planetárias.

Mas ele não acha que alguém que esteja asserindo (9) está também asserindo que (10) é verdadeiro. Esta é uma característica das sentenças que contêm termos singulares: ao asseri-las estamos pressupondo, mas não asserindo a existência de um objeto correspondente ao termo singular.

(Morris, 2020, p. 46)

Com base nisso, podemos compreender três pontos importantes para a teoria de Frege:

1. Termos singulares possuem sentido e seu objetivo é se referir a um objeto, mesmo que não se refira a nenhum.
2. Caso uma sentença contenha um termo singular que não se refere a nenhum objeto, essa sentença não terá nenhum valor de verdade.
3. Sentenças que contêm termos singulares pressupõem a existência da referência desses termos, o que não é o mesmo de asserir sobre a existência deles.

Levando em conta esses três pontos, Morris apresenta a primeira abordagem, argumentando que ao tentarmos compreender o sentido a partir das descrições definidas, chegamos a uma abordagem “indireta da referência”. O sentido, “o modo de apresentação do objeto”, se torna uma maneira de especificar o objeto, caso ele exista. Ou seja, o termo primeiro introduz a condição e depois seleciona o objeto, o qual atende a essa condição. Deste modo, a condição (o sentido) pode existir sem que nenhum objeto que a satisfaça exista. Isso se estende aos nomes próprios ordinários, pois Frege sugere que o sentido de nomes próprios ordinários é dado por uma descrição definida:

No caso de um nome próprio genuíno como ‘Aristóteles’, as opiniões quanto ao sentido podem certamente divergir. Poder-se-ia, por exemplo, tomar como seu sentido o seguinte: o discípulo de Platão e o mestre de Alexandre Magno. Quem fizer isso associará outro sentido à sentença ‘Aristóteles nasceu em Estagira’ do que alguém que tomar como sentido daquele nome: o mestre de Alexandre Magno que nasceu em Estagira.

(Frege, 2009, p. 132)

Para Morris, essa abordagem apresenta um problema, pois “Se descrições definidas são termos singulares, então uma sentença que contenha tais termos não terá valor de verdade se a descrição não se referir a objeto algum” (Morris, 2020, p. 47) e nos fornece um exemplo para explicitar o problema: “Considere o exemplo: (11) A segunda lua da Terra é feita de queijo. A Terra tem apenas uma lua, de modo que a expressão ‘segunda lua da Terra’ não se refere a objeto algum” (Morris, 2020, p. 47)

Devido a uma parte da sentença não se referir a objeto algum, a sentença como um todo também não terá referência (valor de verdade) mas, de acordo com Frege (2009), tem um sentido. Conforme ele, ao usar esse tipo de sentença, o *usuário pressupõe* a existência da referência do termo singular - mesmo sem asserti-las. É aqui que o problema é revelado, como exposto pelo autor:

Mas o que acontece se alguma pessoa usa a sentença pressupondo algo e essa pressuposição se mostra falsa? A sugestão natural é que ela não teve sucesso em dizer algo. Frege, entretanto, porque ele sustenta (F3), (F4) e que é possível uma expressão ter Sentido sem ter referência, parece forçado a admitir que ela disse algo – apenas algo que não pode ser verdadeiro nem falso. E é justamente isso que é difícil de compreender

(Morris, 2020, p. 47)

Para fugir deste problema, Morris apresenta outra concepção do sentido, focando nos nomes próprios, em vez das descrições definidas. Neste caso, os termos singulares como “Marta” não parecem conter uma condição a qual algo necessita satisfazer para ser a referência do termo e utiliza um exemplo do próprio Frege, sobre a montanha que possui dois nomes: “[...] ‘Aphla’ e ‘Ateb’”. Esses nomes não parecem ser equivalentes a descrições definidas: eles são apenas usados em comunidades diferentes com diferentes modos de acesso à montanha em questão” (Morris, 2020, p. 48) e argumenta que essa diferença é suficiente

para gerar a diferença de conteúdo de informação do Sentido: “uma certa pessoa poderia estar familiarizada com ambos os nomes em ambas as comunidades sem perceber que ambos são nomes para a mesma montanha” (Morris, 2020, p. 48).

Nesta concepção apresentada por Morris, o sentido não faz a mediação entre palavra e seu referente, mas pode ser entendido como “[...] uma maneira na qual um objeto se torna acessível para nós”(Morris, 2020, p. 48). A referência torna-se uma pré-condição para o sentido, pois não é compreensível termos esse modo de apresentação do objeto, sem um objeto. Se entendermos o sentido dessa forma, Morris sugere uma outra maneira de tratar de termos ficcionais: “Nós suporíamos que nomes ficcionais têm tanto sentidos ficcionais quanto referentes ficcionais” (Morris, 2020, p. 48).

Assim, “Um modelo considera o Sentido como independente da referência; o outro considera impossível ter Sentido sem referência” (Morris, 2020, p. 48).

3 CRÍTICAS E POSSIBILIDADES NA PERSPECTIVA DE KRIPKE

O objetivo deste capítulo é inicialmente expor as críticas de Kripke ao descritivismo e examinar a tese sobre os nomes próprios como designadores rígidos defendida por Kripke nas três palestras proferidas na Universidade de Princeton e, posteriormente, publicadas no livro intitulado “*O Nomear e a Necessidade*” (1972). Em seguida, os conceitos introduzidos serão aplicados para examinar como o conceito de identidade entre os mundos possíveis pode ser aplicado para abordar o problema da referência de nomes ficcionais.

Com isso em vista, esse capítulo é iniciado expondo as críticas de Kripke ao descritivismo e, por consequência, à tese de Frege. O foco dessa seção 3.1 é demonstrar os problemas que uma teoria da referência indireta dos nomes próprios originam.

A seção 3.2 apresenta a tentativa de Kripke de solucionar esses problemas, partindo para uma teoria da referência direta, demonstrando os conceitos de designador rígido e mundos possíveis. Em seguida, exploramos como esses conceitos nos permitem lidar com termos ficcionais através do possibilismo e alguns problemas presentes nessa alternativa.

Por fim, na seção 3.3 apresentamos algumas críticas à tese de Kripke e à teoria da referência direta.

3.1 CRÍTICAS DE KRIPKE AO DESCRITIVISMO

Para Kripke (2012), um nome é o que chamamos na linguagem corrente de “nome próprio”, como um nome de uma pessoa, ou de uma cidade, mas não engloba descrições definidas, i.e., expressões do tipo “o x tal que Fx ”, as quais referenciam o único objeto x que satisfaz todas as condições expressas na função proposicional Fx , se o objeto existir. Ele argumenta que nem todas as expressões que possuem a forma “o x tal que Fx ” são usadas como descrições e aponta “o Sacro Império Romano” como um exemplo de uma utilização como nome, pois não era sagrado, nem um império e nem romano. Diferente da teoria descritivista de Frege-Russell, na qual nomes e descrições definidas têm o mesmo papel, para Kripke há uma diferença na maneira com que estes referenciam um objeto. Na perspectiva kripkeana, o papel de um nome próprio é referir-se a um objeto diretamente. Essa visão se

assemelha à compreensão de um nome conforme a doutrina de Stuart Mill, na qual um nome possui denotação, mas não conotação. Kripke utiliza um dos exemplos de Mill para auxiliar na compreensão:

Para usar um dos seus exemplos, quando usamos o nome «Dartmouth» para descrever uma certa localidade em Inglaterra, esta é assim chamada, possivelmente, por se situar na foz do rio Dart. Mas, segundo Mill, mesmo que o rio Dart mudasse o seu curso e que Dartmouth deixasse de se situar na sua foz, poderíamos continuar a chamar, com propriedade, essa localidade de Dartmouth, apesar de o seu nome sugerir que se situaria na foz do rio Dart.[...] Pelo menos, não faz parte do significado do nome «Dartmouth» que a cidade assim chamada se situe na foz do rio Dart. Uma pessoa que dissesse que Dartmouth não se situa na foz do rio Dart não estaria a contradizer-se a si própria.

(Kripke, 2012, p.72)

O problema da perspectiva de Mill é em como determinar qual é o referente de um nome ao ser usado por um certo falante, enquanto para a perspectiva descritivista (de Frege e Russell) é clara: “Se «Joe Doakes» é apenas uma abreviatura de «o homem que corrompeu Hadleyburg», então quem quer que tenha corrompido Hadleyburg de modo único é o referente do nome «Joe Doakes»”(Kripke, 2012, p. 74). Caso não seja possível fornecer uma descrição, a alternativa é determinar a referência de maneira ostensiva, como Russell defende nos casos de nomes genuínos. Porém, para os nomes ordinários, o referente é determinado com base no conhecimento que temos acerca das coisas, como a única coisa que satisfaz as propriedades que sabemos.

Segundo Kripke (2012), enquanto Mill parece não apresentar nenhuma explicação de como a referência é determinada, o descritivismo fornece uma explicação natural:

Se eu usar o nome «Napoleão», por exemplo, e alguém perguntar: «A quem te referes?», eu responderei algo como: «Napoleão foi imperador dos Franceses no início do século XIX e acabou por ser derrotado em Waterloo», dando assim uma descrição unicamente identificadora para determinar o referente do nome.

(Kripke, 2012, p. 75).

Essa abordagem descritivista também nos permite responder ao que ficou conhecido como o *puzzle de Frege* sobre a identidade: as sentenças que expressam igualdade possuem valores cognitivos diferentes, ainda que designem o mesmo objeto. O exemplo clássico de Frege (2009) é ao dizer “a estrela da manhã é a estrela da tarde”, o que estamos querendo dizer aqui não é que um objeto é igual a si mesmo. Há um conteúdo informativo nesta sentença diferente do de uma igualdade analítica. Alguém poderia não saber disso, tomar como dois objetos diferentes e depois descobrir que são o mesmo:

É muito natural dizer-se que o conteúdo real da frase é o de que a estrela que vimos à tarde é a estrela que vimos de manhã (ou, mais precisamente, que a coisa que vimos à tarde é a coisa que vimos de manhã). O verdadeiro significado da afirmação de identidade é então dado por isto; e a análise em termos de descrições é isto que faz.

(Kripke, 2012, p. 75)

Apesar dessa perspectiva parecer solucionar o puzzle da igualdade e oferecer uma explicação de como a referência dos nomes próprios é fixada, ela também apresenta problemas: Frege (2009) admite que um nome pode ter inúmeros sentidos diferentes, tanto para diferentes pessoas quanto para uma mesma pessoa; podemos pensar em “Aristóteles” tanto como o discípulo de Platão quanto o professor de Alexandre, o Grande, de modo que a sentença “Aristóteles nasceu em Estagira” teria significados distintos, dependendo da descrição definida associada ao nome “Aristóteles”. Mas, para ele, enquanto o referente permanecer o mesmo, essa variação é aceitável na linguagem natural.

Kripke (2012) não concorda com essa visão e argumenta que isso mostra uma fragilidade na linguagem natural; para fugir dessa dificuldade, o autor considerou que a maneira mais comum é assumir que o que é associado ao nome é uma família de descrições, em vez de uma descrição em específico e assim: “O referente do nome é aquilo que de algum modo satisfaz um número suficiente ou a maioria das descrições da família”(Kripke, 2012, p. 79).

Para o autor há duas maneiras de olhar para as teorias da descrição única e do conceito-feixe. Na primeira, a descrição (ou feixe de descrições) nos dão o significado do nome, então ao dizer “Walter Scott”, o que se quer dizer é “o homem que foi o autor de Waverley”, e elas atuam como sinônimos. Na outra perspectiva, a descrição não dá o significado do nome, mas ela é o que determina a sua referência:

[...] apesar de a expressão «Walter Scott» não ser sinônima de «o homem tal que tal e tal e tal e tal», nem sequer sinônima da família (se é que alguma coisa pode ser sinônima de uma família), a família ou a descrição única são aquilo que usamos para determinar a quem é que alguém se refere quando diz «Walter Scott».

(Kripke, 2012, p. 79)

Desse modo, se ouvirmos as crenças do falante e descobirmos que elas são mais próximas de Salvador Dalí então, segundo essa perspectiva, a referência desse nome será Salvador Dalí e não Walter Scott. Entretanto, para Kripke (2012), se não supusermos que as descrições dão o significado do nome, algumas das soluções apresentadas previamente

deixam de estar corretas: quando alguém diz “Aristóteles não existe”, isso quer dizer que não teve ninguém que fez as coisas que atribuímos a ele.

Isso ocorre quando compreendemos a teoria como uma teoria do significado do nome, visto que se a descrição não der o significado, as proposições que contêm nome, não podem ser analisadas substituindo o nome por uma descrição. Se não podemos substituir o nome por uma descrição, o argumento acima de que “Héspero é Fósforo” significa “a coisa que vimos de tarde no céu é a coisa que vimos de manhã no céu”, antes tão favorável ao descritivismo, precisaria ser abandonado.

Quer como uma teoria para explicar o significado de um nome ou para mostrar como fixamos a referência de um nome, o descritivismo é rejeitado em ambas as versões por Kripke. De todo modo, Kripke (2012) sustenta que Frege defende a teoria de que um nome próprio é um sinônimo de uma descrição. Adicionalmente, ele alega que Frege utiliza o termo “sentido” de maneira ambígua; o sentido é o significado do termo e a maneira de fixar a sua referência. Para Kripke, esses dois usos de “sentido” correspondem às duas maneiras de uso comum da palavra “definição”, isto é, tanto como o significado do nome, quanto como o meio pelo qual a referência é fixada. Kripke reforça que não só existe uma distinção entre estabelecer a referência e definir um termo como significando outros, mas também que algumas definições têm como objetivo fixar uma referência. Para demonstrar isso, utiliza o seguinte exemplo:

Supostamente, π é a razão da circunferência de um círculo pelo seu diâmetro. A mim parece-me que esta letra grega — mas, para defender isto, não tenho mais do que um vago sentimento intuitivo — não é usada como abreviatura, nem da expressão «a razão da circunferência de um círculo pelo seu diâmetro», nem sequer de um feixe de definições alternativas de π , seja isso o que for. A letra é usada como nome de um número real, que neste caso é necessariamente a razão da circunferência do círculo pelo seu diâmetro.

(Kripke, 2012, p. 114)

Em seguida, o autor argumenta que as teorias que compreendem um nome como abreviatura de uma descrição definida, — quer sua referência seja determinada por uma descrição ou por um feixe de descrições — estão ambas incorretas. Para demonstrar isso, Kripke (2012) decompõe o descritivismo em seis teses, associadas a uma condição para satisfazê-las:

- DN1. Todo o nome ou expressão designadora «X» tem um feixe de propriedades que lhe corresponde, a saber: a família daquelas propriedades ϕ tais que (A) acredita « ϕX ».
- DN2. (A) acredita que uma das propriedades, ou algumas em conjunto, selecionam um e um só indivíduo.
- DN3. Se há um e um só objeto y que satisfaz a maioria, ou uma maioria ponderada, das ϕ 's, então y é o referente de «X».
- DN4. Se o escrutínio não elege um objeto único, então «X» não tem referente.
- DN5. O enunciado «Se X existe, então X tem a maioria das ϕ 's» é conhecido *a priori* pelo falante.
- DN6. O enunciado «Se X existe, então X tem a maioria das ϕ 's» expressa uma verdade necessária (no dialeto do falante).
- C Para qualquer teoria satisfatória, a explicação por ela fornecida não deve ser circular. As propriedades usadas no escrutínio não devem envolver elas próprias a noção de referência de uma maneira que, em última análise, não seja eliminável.

A condição (C) é apresentada para evitar a circularidade em que a explicação da referência do nome seja dependente da explicação do nome, como na sentença “Alice Cooper é a pessoa referida pelo nome ‘Alice Cooper’ nesta sentença” (Morris, 2020, p. 81).

Para cada uma destas teses, Kripke (2012) apresenta uma crítica e argumenta que são falsas, com exceção da tese DN1, pois é uma definição. A tese DN2 nos diz que um falante *A* acredita que uma das propriedades que julga pertencer ao objeto seleciona um e apenas um objeto. Por exemplo, o nome “Cícero” para alguém é “o homem que denunciou Catilina” e seleciona apenas um certo homem. O problema aparece ao considerar que para a maioria das pessoas o nome “Cícero” é associado a outra descrição, mas indefinida: Cícero é apenas “um famoso orador romano”. Se isso é tudo que se sabe de Cícero, o falante não conseguirá dar uma descrição definida suficiente para selecionar um e apenas um indivíduo; ademais, um falante que utilize “Cícero” dessa maneira não acredita que essa propriedade selecione um e apenas um indivíduo, mas mesmo assim consegue utilizar e compreender o nome corretamente: “É então evidente que a tese ([DN]2) não é satisfeita quando dizemos que Feynman é um físico famoso e não lhe atribuímos mais nada” (Kripke, 2012, p.140).

Para a tese DN3, que nos diz que se a maioria ponderada das propriedades é satisfeita por um e apenas um objeto, então esse objeto é a referência do nome, Kripke (2012) defende que mesmo que a propriedade seja atendida por um e apenas um objeto y , isso não quer dizer que y é a referência de «X» para A . Considere o nome “Gödel” e que tudo que sabemos sobre ele é que ele descobriu o teorema da incompletude da aritmética. Esse é um caso em que a propriedade que sabemos é satisfeita por um único indivíduo. Agora, suponha que estamos errados e a completude não foi provada por Gödel, mas sim por um homem chamado “Schmidt”; nessa situação puramente hipotética, Gödel teria se apoderado de seu trabalho sobre a incompletude, tomando o crédito para si, deixando Schmidt na sarjeta.

Se DN3 está correta e o homem que satisfaz a descrição “o homem que descobriu o teorema da incompletude da aritmética” é Schmidt e não Gödel, ao utilizar o nome “Gödel” estaremos nos referindo à Schmidt. Mas não é isso que fazemos; quando utilizamos o nome “Gödel” queremos nos referir a Gödel: “Não parece, portanto, que, se a maioria dos ϕ 's é satisfeita por um e um só objecto y , então y é o referente do nome. Isto parece ser simplesmente falso” (Kripke, 2012, p. 144)

Para DN4, que enuncia que se o escrutínio não elege um objeto único, o nome não tem um referente, de acordo com Kripke (2012), podemos utilizar o mesmo argumento contra DN2: quando a descrição não seleciona um único objeto, por exemplo quando o nome “Cícero” significaria “um famoso orador romano”. Nesse exemplo, o fato de ter mais de um orador que era romano e famoso não quer dizer que “Cícero” não tenha referência.

Para os casos em que a descrição não seleciona nenhum objeto, a argumentação de Kripke (2012) afirma que assim como podemos ter crenças falsas sobre uma pessoa, como demonstrado na crítica de DN3, podemos ter crenças falsas que não são verdadeiras de ninguém:

Suponhamos, para variar o exemplo sobre Gödel, que ninguém descobriu a incompletude da aritmética — talvez a demonstração se tenha simplesmente materializado através de uma dispersão aleatória de átomos numa folha de papel — e o homem Gödel teve a sorte suficiente de estar presente quando este acontecimento improvável ocorreu. Suponhamos, além disso, que a aritmética é de facto completa. Não seria de esperar que uma dispersão aleatória de átomos produzisse uma demonstração correcta. Um erro subtil, desconhecido durante décadas, ainda não foi descoberto — ou talvez tenha sido descoberto, mas os amigos de Gödel... Portanto, mesmo se as condições não são satisfeitas por um objecto único, o nome pode ainda ter uma referência.

(Kripke, 2012, p. 146)

DN5 declara que o falante sabe *a priori* que se o objeto ao qual o nome se refere existe, o objeto satisfaz as condições associadas ao nome. Bem, alguém sabe *a priori* que Cícero era um orador romano, ou que Gödel descobriu o teorema da incompletude aritmética? Não, alguém contou, ou foi lido em livro, visto em vídeo, etc. Morris resume o argumento de uma maneira simples e concisa: “O ponto crucial é que a significatividade desses nomes, como eu os compreendo, não depende daquilo que eu acredito ser verdadeiro sobre as pessoas das quais esses nomes dizem respeito”(Morris, 2020, p. 84).

A tese DN6 afirma que é necessariamente verdadeiro que se o objeto ao qual o nome se refere existe, o objeto satisfaz as condições associadas ao nome. O problema dessa tese pode ser exemplificado da seguinte forma: vamos supor que tudo que sabemos de Aristóteles é que ele foi aluno de Platão. Identificamos, então, Aristóteles como “O aluno de Platão”. De acordo com DN6, será necessariamente verdadeiro que:

1. Se Aristóteles existiu, ele foi aluno de Platão.

O que não pode estar correto, pois mesmo que identifiquemos Aristóteles como “o aluno de Platão”, podemos pensar que ele poderia não ter sido seu aluno, nem mesmo realizado nenhuma das coisas que normalmente atribuímos a ele. Aristóteles ter sido aluno de Platão é uma verdade contingente sobre as coisas que Aristóteles fez, mas poderia não ter feito.

Essas críticas questionam a noção de nome e referência das teorias descritivistas. Devido a estes problemas, como alternativa ao descritivismo, Kripke defende que os nomes e as descrições definidas têm papéis diferentes. Para ele, o nome próprio é um designador rígido, ou seja, refere-se ao mesmo objeto em todos os mundos possíveis, enquanto a descrição definida não faz isso; é um designador não-rígido. Esses conceitos serão abordados na próxima seção.

3.2 IDENTIDADE TRANSMUNDIAL, DESIGNADOR RÍGIDO E POSSIBILISMO

Para Kripke (2012), as noções de propriedade essencial e acidental possuem conteúdo intuitivo: “Quando perguntamos se é necessário ou contingente que Nixon tenha ganhado as eleições, estamos a colocar a questão intuitiva de saber se, nalguma situação contrafactual, este homem teria de facto perdido as eleições” (Kripke, 2012, p. 90). Nessa situação, alguém poderia responder que se a campanha tivesse sido diferente, ele perderia. Kripke argumenta em favor de utilizar o conteúdo intuitivo como uma prova em favor dessa tese. Assim, para o autor, a questão das propriedades essenciais é equivalente à questão da *identidade entre mundos possíveis*. Pode-se pensar que é necessário estabelecer um critério de identidade para poder saber quem é Nixon quando se pensa em outro mundo possível, no qual ninguém tem todas as propriedades que Nixon tem no mundo atual. Dessa maneira, se tivermos um critério de identidade, podemos examinar nos outros mundos possíveis quem é Nixon, assim como saber se ele possui determinada propriedade, *e.g.*, se Nixon venceu as eleições em todos os mundos possíveis ou não. O problema é “alguém apresentou um conjunto de condições necessárias e suficientes para a sua identidade ao longo dos mundos possíveis?” (Kripke, 2012, p. 92)

Segundo Kripke (2012) um mundo possível não é como se fosse um país estrangeiro, ao qual estamos a olhar as qualidades/propriedades de seus integrantes. Dessa maneira, precisamos de uma qualidade essencial de Nixon para identificá-lo por ela. Porém, um mundo possível não parece ser isso. Não podemos alcançar ou observar, mas “Um mundo possível é dado pelas condições descritivas que lhe associamos” (Kripke, 2012, p. 93). Nessa concepção, os mundos possíveis são estipulados. Estabelecemos e descrevemos apenas o que é importante para a compreensão da situação contrafactual relatada.

Podemos exemplificar isso ao pensarmos, como no exemplo acima, se Nixon poderia ter perdido as eleições: “[...] assim que vemos que uma tal situação é possível, é-nos dado a reconhecer que o homem que poderia ter perdido as eleições ou que perdeu as eleições neste mundo possível é Nixon, porque isso faz parte da descrição do mundo” (Kripke, 2012, p. 94). Não faz sentido exigir que os mundos possíveis sejam descritos puramente através de qualidades, pois não é dessa maneira que normalmente pensamos em situações contrafactuais;

a visão defendida por Kripke (2012) permite considerar Nixon e perguntar se alguma outra coisa poderia ter acontecido a ele:

Não temos de identificá-la com a possibilidade de um homem com tal e tal aparência, ou que defende tais e tais ideias políticas, ou como quer que o descrevamos qualitativamente, ter perdido. Podemos apontar para o homem e perguntar o que lhe poderia ter acontecido a ele, caso as coisas tivessem acontecido de outra maneira.

(Kripke, 2012, p. 96)

De acordo com Kripke, é importante compreender que a questão de saber se algo poderia ter sido diferente não é epistemológica e, por isso, não é *a priori* ou *a posteriori*. Ao perguntar “Nixon poderia não ter sido humano?”, estamos perguntando como as coisas poderiam ter sido diferentes do que são. Uma coisa é a questão de saber se, por exemplo, uma mesa específica é composta por moléculas no mundo atual e como sabemos disso. Esse é um problema epistemológico, pois “Foi com certeza uma importante descoberta científica sabermos que era composta por moléculas” (Kripke, 2012, p. 97). Outra coisa é considerar se essa mesa poderia ser composta por outras coisas, senão moléculas. Esse último, diferentemente do anterior, é um problema metafísico.

Após estabelecer o que entende por um mundo possível, para prosseguir com sua tese e interagir com o conceito apresentado, Kripke (2012) esclarece seu conceito de *designador*, diferenciando entre *designador rígido* e *designador não-rígido*. O designador rígido designa o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis em que o objeto existe; se o objeto existe em todos os mundos possíveis, ele é um existente necessário, e o designador é um *designador fortemente rígido*. Quando isso não ocorre, ou seja, quando um designador não designa o mesmo objeto em todos os mundos possíveis que ele existe, então é um designador não-rígido. Uma das teses que Kripke (2012) defende é a tese de que *nomes próprios* são designadores rígidos e, para isso, fornece o seguinte argumento: “[...] embora seja verdade que o presidente dos EUA em 1970 poderia ter sido outra pessoa que não o presidente dos EUA em 1970 (por exemplo, poderia ter sido Humphrey), no entanto, nenhuma outra pessoa além de Nixon poderia ter sido Nixon” (Kripke, 2012, p. 99). Essa tese de Kripke não depende de definir quais são os “critérios de identidade transmundial”, pois é uma tese intuitiva; podemos primeiro nos referir a Nixon e estipular o que poderia ter acontecido a ele: Nixon poderia não ter ganhado as eleições, mas Nixon não poderia não ter sido Nixon.

O conceito de identidade transmundial defendido por Kripke (2012), segundo ele, não é habitual: apesar de podermos falar do mundo e descrevê-lo através de elementos mais básicos, não há motivo para não o fazer em termos de partes maiores. Do mesmo modo, não podemos reduzir os fatos acerca de um objeto a elementos mais básicos. Por exemplo, se falarmos do fato que uma nação combateu outra, não podemos reduzir isso aos seus indivíduos, pois mesmo que alguém faça parte da nação, não quer dizer que ela combateu a outra nação. Para ele, fatos acerca das nações não são fatos novos e relevantes acerca dos indivíduos, do mesmo modo que fatos sobre objetos materiais não são fatos sobre suas moléculas. Não há razão para privilegiar um tipo de descrição sobre o outro, a não ser com base na suposição que alguma delas é “básica”.

Dessa forma, podemos apontar para uma mesa e perguntar se ela poderia estar em outra sala, sem nos perguntar quais são as características essenciais ou básicas dessa mesa. Essa concepção de identidade transmundial “[...] tenta dar os critérios de identidade de objectos particulares em termos de outros objectos particulares, e não em termos de qualidades” (Kripke, 2012, p. 103), mas isso não significa admitir a existência de “particulares puros”; um objeto possui propriedades, mas não deve ser entendido por um “agregado” de propriedades, nem mesmo um conjunto formado por suas propriedades essenciais. Ele defende que “Se uma qualidade é um objecto abstracto, um agregado de qualidades é um objecto de um grau ainda mais elevado de abstracção, e não um particular” (Kripke, 2012, p. 104).

Sob a perspectiva de Kripke (2012), fica claro que um nome próprio não pode ser interpretado como significando o mesmo que uma descrição definida ou um conjunto de descrições definidas, pois se este fosse o caso, o nome próprio não poderia ser considerado um designador rígido, uma vez que em outros mundos possíveis as propriedades descritas pelas descrições definidas poderiam se referir a outro indivíduo. No entanto, se a descrição definida for utilizada apenas para fixar o referente do nome, ele designará o mesmo indivíduo em todos os mundos possíveis. Por essa razão, quando falamos que “Aristóteles poderia nunca ter estudado filosofia”, não estamos falando que o homem que era discípulo de Platão poderia não ter estudado filosofia, mas que esse homem de quem estamos a falar poderia ter seguido outros interesses.

Essa tese proposta por Kripke nos dá uma alternativa para tratar dos problemas dos nomes ficcionais, *i.e.*, os problemas que surgem quando consideramos como nomes próprios,

que normalmente se referem a objetos do mundo real, podem ser usados para referir-se a objetos ficcionais em obras de ficção, como personagens em romances ou filmes. Essa teoria é chamada de “Possibilismo” ou “teoria possibilista de entidades ficcionais” e propõe que nomes próprios ficcionais se referem a entidades possíveis, em vez de entidades reais. É possível inferir que da mesma maneira que objetos reais podem não existir em outros mundos possíveis, objetos de outros mundos possíveis podem não existir no mundo real: pode-se pensar que há mundos possíveis em que burros falantes existem, apesar deles não existirem no mundo real. De forma semelhante, “Sherlock Holmes” não tem um referente no mundo real, mas existe em outros mundos possíveis, nos quais as histórias sobre Sherlock Holmes não são contos ficcionais de Sir Arthur Conan Doyle; elas são fatos e contam as coisas que Sherlock Holmes fez, como diz nos livros.

Essa teoria sobre os nomes ficcionais parece promissora, pois nos permite compreender um nome ficcional como um designador rígido, da mesma maneira que um nome próprio ordinário. Assim, por exemplo, “Sherlock Holmes” se refere a um certo indivíduo que, embora não exista no nosso mundo atual, é um existente em outro mundo possível.

Essa abordagem, entretanto, se depara com alguns problemas, por exemplo, o problema da *indeterminação ontológica*. No caso de Sherlock Holmes, é possível que as histórias de Arthur Conan Doyle sejam fato em mais de um mundo possível e, assim, há diversos candidatos que poderiam ser Sherlock Holmes. Qual desses é Holmes? Em todos esses mundos possíveis, Sherlock Holmes fez tudo aquilo que as histórias atribuem a ele, mas em cada um desses mundos ele pode ter propriedades diferentes que não foram especificadas por Sir A. C. Doyle. Desse modo, Kripke (2012) argumenta que várias pessoas possíveis diferentes poderiam ter feito o que é atribuído a Sherlock Holmes, mas não tem nenhuma que podemos dizer que teria sido Holmes : “Pois, se houvesse, qual delas seria?” (Kripke, 2012, p. 233).

Outro problema surge ao considerarmos que há inconsistências entre as obras de ficção. A. C. Doyle descreve Watson em uma obra (*O signo dos quatro*) possuindo um machucado de guerra em sua perna que o fazia mancar, porém em outras obras (por exemplo em *Um estudo em vermelho*) ele não marcava, nem possuía esse machucado na perna, mas sim no ombro. Mesmo que alguém argumente que cada livro trate de um mundo possível diferente, ou que o que é verdadeiro é apenas aquilo que continua consistente entre as obras

após remover as inconsistências, há situações em que isso não irá funcionar, por exemplo, quando a inconsistência é intencional:

Suponha que escrevemos um romance e, em seu primeiro capítulo, temos o Matemático Louco produzindo um quadrado-redondo. Se a inconsistência intencional for removida, o fato de que matemáticos de todo o mundo ficam surpresos com esse resultado no segundo capítulo se torna inexplicável.

(BERTO; JAGO, 2023, tradução nossa)¹¹

Esse exemplo causa dois problemas: o primeiro é que qualquer coisa que afirmarmos sobre um quadrado-redondo é uma contradição por si só; uma contradição nunca é verdadeira, então não é verdadeira em nenhum mundo possível. O segundo ocorre ao tentarmos remover essa contradição; a obra deixa de fazer sentido, pois no segundo capítulo os matemáticos estariam surpresos com um resultado que não ocorreu, uma vez que esse resultado (o quadrado-redondo) foi removido justamente para que a obra pudesse fazer sentido, livre de contradições e inconsistências. A alternativa para lidar com isso é aceitar a existência de *mundos impossíveis*, desde que sejam relevantes e permitam realizar a trama da história.

Mesmo que essa dificuldade não existisse, ainda não seria possível identificar um “objeto ficcional” com um objeto possível. Podemos levantar o seguinte problema: “Para compreender isso, considere um caso diferente, o da espada mística Excalibur retirada de uma rocha por Rei Arthur. Como sabemos que a história do Rei Arthur é meramente fictícia, sabemos que esta espada não existe” (KROON; VOLTOLINI, 2023, tradução nossa)¹².

Agora suponha que um historiador encontrou um objeto similar, uma espada que possui as características da Excalibur, como descritas pelos Bretões. Ainda assim, não se pode afirmar que a espada ficcional Excalibur é esse objeto, não importa o quão parecido sejam; o máximo que se pode dizer é que são parecidas, ou até que uma inspirou a outra, pois podem ter ocorrido tentativas de recriar o objeto ficcional. Segundo Kroon e Voltolini (2023), como não podemos dizer que uma espada ficcional e uma espada real são o mesmo objeto, o equivalente se aplica a um objeto possível, mesmo que possua todas as características do objeto ficcional, isso não significa que são o mesmo objeto.

¹¹ No original: “Suppose we write a novel, and in its first chapter we have the Mad Mathematician produce a round square” (BERTO; JAGO, 2023).

¹² No original: “To see this, take a different case, that of the mythical sword Excalibur extracted from a rock by King Arthur. Because we know that the story of King Arthur is merely fictional, we know that this sword does not exist” (KROON; VOLTOLINI, 2023).

3.3 CRÍTICAS À TESE DE KRIPKE

Apesar de Kripke (2012) alegar que sua posição não é a mesma de Mill, ele defende que os nomes são designadores rígidos e afirma que a teoria descritivista é falsa. De acordo com sua concepção, nomes não podem significar ou abreviar algo como uma descrição definida, nem possuem outro tipo de conotação; nomes referem-se aos objetos, essa é uma teoria em que a *referência é direta*. Porém, essa visão na qual nomes apenas referem-se a objetos possui algumas dificuldades, a saber, aquelas que levaram Frege a propor a noção de sentido. Considere o seguinte exemplo de Lycan (2022):

- 1) O Alberto acredita que Samuel Langhorne Clemens tinha menos de um metro e meio de altura.

Suponha que (1) é verdadeira e que Alberto não sabe que Samuel Langhorne Clemens escreveu romances e histórias sob o nome literário de “Mark Twain”. Suponha, também, que o Alberto viu uma fotografia de Twain e está convicto de que ele era de estatura mediana. O que ocorre ao trocarmos “Mark Twain” por Samuel Langhorne Clemens?

- 2) O Alberto acredita que Mark Twain tinha menos de um metro e meio de altura.

Nessa situação, Alberto não acredita que Mark Twain tinha menos de um metro e meio de altura, então (2) é falsa. Isso apresenta uma dificuldade para a teoria da referência direta, pois ela nos diz que como os nomes cumprem o mesmo papel e possuem o mesmo referente, os nomes podem ser substituídos sem alterar o valor de verdade. Nessa perspectiva, (2) é verdadeira e não falsa. No entanto, não é assim que compreendemos essas sentenças:

Ao asserir 2, sugiro de algum modo que o Alberto aceitaria a frase “Mark Twain tinha menos de um metro e meio de altura” ou algo suficientemente próximo dessa frase. Se eu disser “O Alberto não acredita que Mark Twain tinha menos de um metro e meio de altura,” estou a sugerir que, confrontado com a frase “Mark Twain tinha menos de um metro e meio de altura,” o Alberto diria “Não” ou “Não sei dizer”;

(LYCAN, 2022, p. 97)

Lycan (2022) afirma que há problemas ainda maiores para a teoria da referência direta. Um deles é o quebra cabeça de Frege sobre identidade, uma vez que: “[...] uma frase como «Samuel Langhorne Clemens é Mark Twain» só pode significar que o referente comum, independentemente da maneira como for designado, é ele mesmo” (LYCAN, 2022, p. 99). Entretanto é possível que alguém, assim como Alberto, não saiba que Clemens é Twain. Inclusive, Alberto pode ouvir de alguém que eles são a mesma pessoa e duvidar que isso seja verdade, em razão de acreditar que Twain tem uma estatura média e Clemens tem menos de um metro e meio. Alberto pode duvidar disso sem se preocupar com a lei de igualdade.

Outro problema importante discutido por Lycan (2022) é: se o significado de um nome é de fato a referência direta ao seu portador, então como podemos lidar com nomes que não têm portadores? Nomes como “Sherlock Holmes” possuem significados e são amplamente compreendidos, mas não têm correspondentes reais no mundo. Isso levanta a questão de como a teoria da referência direta lida com esses casos de nomes que carecem de referência, pois parece haver uma lacuna entre o que compreendemos e como usamos uma sentença e a realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, exploramos a referência de termos singulares em contextos ficcionais e como sentenças envolvendo estes termos são significativas, abordando as perspectivas de Gottlob Frege e Saul Kripke. Analisamos criticamente as teorias, buscando compreender qual delas oferece uma explicação e solução mais apropriada para o problema dos termos ficcionais na linguagem. As descobertas deste estudo destacam que, enquanto as teorias de Frege e Kripke oferecem abordagens distintas, ambas enfrentam desafios significativos, especialmente ao lidar com termos ficcionais.

A análise da obra de Frege apresenta sua proposta de utilizar o sentido como o conteúdo informativo presente nas sentenças, assim explicando o significado através da relação de seus conceitos de nome, sentido e referência. Nessa acepção, o significado não depende da referência, apenas do sentido. Para ele, os termos ficcionais não possuem referência, mas possuem significado.

No entanto, essa resposta, considerada ortodoxa, nos leva aos problemas apresentados previamente, nas seções 2.4 e 2.5. Não é possível estipular uma maneira de diferenciar entre valores de verdade quando estamos diante de sentenças que contém termos singulares que não possuem referência. Ainda mais, essa abordagem não permite negar uma sentença que possua um termo sem referência, por mais absurda que ela seja: caso alguém diga “Amanhã, o segundo satélite da Terra, que é feito de queijo, irá cair e inundar o planeta todo” não podemos dizer que essa sentença é falsa, mesmo que sejamos compelidos a pensar que ela é falsa, ao invés de cogitamos comprar um barco.

Somado a isso, as críticas de Kripke ao descritivismo apresentadas na seção 3.1 demonstram outros problemas gerados por uma teoria da referência indireta. Como alternativa, vimos na seção 3.2 como a tese de Kripke dos designadores rígidos pretende resolver os problemas pontuados sobre uma teoria descritivista e como o conceito de mundos possíveis pode fornecer uma maneira de lidar com sentenças que possuem termos ficcionais. Contudo, essa tese introduz novos problemas. Esses desafios, particularmente da indeterminação ontológica e dos mundos impossíveis, precisam ser superados para podermos considerar ela como uma alternativa viável.

É possível fornecer uma resposta ao problema de termos ficcionais de uma maneira fregeana inspirada no possibilismo, mas que propõe resolver o problema da indeterminação ontológica. Esse empreendimento pode ser realizado ao assumir que sentenças que possuem termos ficcionais não estão em discurso direto, mas sim em discurso indireto. Dessa forma, a referência dessas sentenças não é um objeto, mas o sentido expresso pela sentença. Quando falamos “Sherlock Holmes era um detetive brilhante!”, estamos aqui referenciando não a um valor de verdade diretamente, mas ao pensamento expresso nas obras de Arthur Conan Doyle de que Sherlock Holmes era um detetive habilidoso. Pode-se, então, atribuir uma valoração a essa sentença se o pensamento que ela expressa realmente está contido nas obras de A.C. Doyle. Isso nos permite atribuir um valor de verdade a sentenças com termos ficcionais e diferenciar sentenças como a anterior de sentenças como: “Sherlock Holmes é Pelé”, a qual podemos atribuir o falso como valor de verdade, pois o pensamento de que Pelé e Sherlock Holmes são a mesma pessoa não é expresso nessas obras. Temos agora um critério, a subordinação das sentenças com termos ficcionais, que nos permite avaliar a conformidade dela, não com o mundo real, mas com a obra de ficção que estamos a falar.

Num primeiro momento, essa tese parece vulnerável a todas as críticas feitas ao possibilismo, mas é possível fornecer um critério de resposta ao problema da indeterminação ontológica: basta especificar de qual obra estamos falando, definindo a qual ficção a referência está subordinada; objetos ficcionais não são objetos possíveis, são ficcionais e pertencem a um *contexto ficcional determinado*. Assim, podemos tratar até mesmo de obras de fãs do personagem Sherlock Holmes, que venham a afirmar que Pelé é Sherlock Holmes, ao especificarmos de qual obra estamos falando.

Entretanto, nesse primeiro momento, não parece possível fornecer uma resposta muito diferente do possibilismo para os mundos impossíveis. Ao aceitar essa tese, se a obra de ficção possuir um matemático louco, como exemplificado na seção 3.2, estamos sujeitos a aceitar que é verdade que um quadrado-redondo foi descoberto, pelo menos enquanto um pensamento expresso na obra.

Ainda há uma outra alternativa como discutido na seção 2.6: Morris (2020) argumenta que podemos construir uma concepção alternativa de sentido para evitar alguns dos problemas mencionados anteriormente. Nela, a noção de sentido é compreendida de uma forma não-ortodoxa e o nome próprio refere-se de forma direta. Assim, eliminamos as críticas de Kripke a uma teoria da referência indireta, ao mesmo tempo que evitamos cair nos problemas

da referência direta, ao manter uma noção de sentido suficiente para que ocorra diferença no conteúdo informativo das sentenças discutidas por Frege e apresentadas no capítulo 2. Quanto aos termos ficcionais, ao atribuir um sentido e uma referência ficcional, seremos capazes de explicar porque são significativos e também atribuir um valor de verdade a sentenças em que eles ocorrem.

Entretanto, essa tese precisa ser melhor desenvolvida, principalmente em relação ao que é esse sentido não-ortodoxo e o que é essa referência ficcional. Uma abordagem promissora para responder o que é esse sentido e como compreendemos sentenças, é a noção de “*conceito individual*” proposta por Mark Sainsbury em “*Reference and Anaphora*” (2002). Esse “conceito individual” não é uma função do mundo para o indivíduo, ou o sentido fregeano ortodoxo, mas sim um “token mental”:

Um conceito individual é um aspecto da psicologia de um indivíduo. É um estado mental com uma origem causal, poderes causais e uma extensão temporal bastante específica. É um repositório de informações ou um endereço para informações que geralmente podem mudar ao longo do tempo. Isso não é uma questão de crença, mas de representação: por exemplo, um intérprete pode ter que adicionar ou subtrair informações de um conceito individual para representar a mensagem que ele está recebendo, mas isso não significa (e não significará se ele não der credibilidade à mensagem) que ele acredita que as coisas são como a informação as representa.

(SAINSBURY, 2002, p. 59, tradução nossa)¹³

Para Sainsbury (2002), um conceito individual é utilizado quando alguém pensa sobre um indivíduo ou grupo de indivíduos. Ao pensar em Aristóteles, utilizamos o *conceito individual de Aristóteles*, que atua como um repositório ou receptáculo de informações. Por exemplo, ao falarmos que Aristóteles foi o professor de Alexandre, O Grande para alguém que não conhece muito sobre Aristóteles, essa informação será adicionada nesse repositório. É possível, também, ter mais de um conceito individual para o mesmo objeto: caso um observador falhe em reconhecer que um objeto é o mesmo objeto ao qual ele já está

¹³ No original: “An individual concept is an aspect of an individual’s psychology. It is a mental state with a causal origin, causal powers and a fairly specific temporal extent. It is a repository of, or address for, information which typically may change over time. This is not a matter of belief, but of representation: for example, an interpreter may have to add or subtract information from an individual concept in order to represent the message he is being sent, but this does not mean (and will not mean if he does not give credence to the message) that he believes things to be as the information represents them” (SAINSBURY, 2002, p. 59).

familiarizado, ele introduzirá um novo conceito individual para esse objeto, fornecendo uma resposta ao puzzle de Frege sobre a identidade. Estes aspectos, entre outros, mostram o potencial dessa concepção para tratar do que é e como compreendemos o conteúdo informativo das sentenças, mesmo em contextos ficcionais.

Precisamos, ainda, de uma solução à referência ficcional. Não podemos considerar, como fez Frege, que termos ficcionais são vazios, pois não se utiliza termos ficcionais dessa forma; declaramos coisas sobre ficções, expressamos ideias metaficcionais e utilizamos a ficção para falar e criticar coisas do mundo.

Na seção 2.6, foi visto como Morris (2020) indica um caminho, mas não desenvolve a fundo a alternativa apresentada. Segundo Morris, precisamos de uma referência ficcional que permita a compreensão da mesma forma que um nome não-ficcional. Ao diferenciar em dois tipos de referência, é possível argumentar a favor de um tipo de valoração em esferas distintas. O que é ficcional é tratado a partir de uma referência ficcional, e o que é real, a partir de uma referência real; em ambos os casos os nomes são tratados como designadores rígidos. Assim, a sentença “Sherlock Holmes não existe”, no escopo das referências reais, expressa que não há uma referência real para Sherlock Holmes e, neste caso, é verdadeira; no escopo das referências ficcionais, a sentença pode ser considerada falsa, pois há um indivíduo ficcional denotado.

No entanto, reconhecemos que essa proposta necessita de um desenvolvimento mais aprofundado, pois precisamos determinar como lidar com sentenças em que ocorre a intercalação de termos e situações ficcionais com reais, assim como analisar o impacto da divisão entre esferas e âmbitos de valoração ao princípio do terceiro-excluído.

Apesar de as respostas apresentadas não serem conclusivas, as abordagens exploradas ao longo deste trabalho oferecem perspectivas valiosas para a compreensão dos termos singulares em contextos ficcionais. Essas análises revelam caminhos promissores que merecem atenção em pesquisas futuras sobre o problema dos termos ficcionais na linguagem.

REFERÊNCIAS

- BERTO, F.; JAGO, M. Impossible Worlds. In: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: The Metaphysics Research Lab Philosophy Department, 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2023/entries/impossible-worlds>. Acesso em: 06 nov. 2023.
- FREGE, F. L. G. **Lógica e Filosofia da Linguagem**. 2. ed. revista e ampliada. Seleção e trad. de Paulo Alcoforado. São Paulo: EDUSP, 2009.
- KRIPKE, S. A. **O Nomear e a Necessidade**. 22. ed. Lisboa, Portugal: Editora Gradiva, 2012. Tradução de Ricardo Santos.
- KROON, F.; VOLTOLINI, A. Fictional Entities. In: ZALTA, Edward N.; NODELMAN, Uri (ed.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Stanford: The Metaphysics Research Lab Philosophy Department, 2023. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2023/entries/fictional-entities/>. Acesso em: 20 out. 2023.
- LYCAN, W. G. **Filosofia da Linguagem: uma introdução contemporânea**. 3. ed. Lisboa - Portugal: Edições 70, 2022. Tradução de: Desidério Murcho.
- MCGINN, C. **Philosophy of Language: the classics explained**. Massachusetts: Massachusetts Institute Of Technology, 2015.
- MORRIS, M. **Uma Introdução à Filosofia da Linguagem**. Tradução de Newton Marques Peron (em elaboração), 2020. Capítulos 2 e 4.
- SAINSBURY, M. Reference and Anaphora. In: TOMBERLIN, J. **Language and Mind. Philosophical Perspectives**. 16. ed. Londres: Blackwell Publishing, 2002. p. 42-71.